

## **ABORDAGEM DA PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL DE 2000 A 2005<sup>1</sup>**

**Manuela Monteiro dos Santos Macêdo**

Graduanda em Licenciatura em Pedagogia- Bolsista FAPESB

*UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana*

[manukamonteiro@gmail.com](mailto:manukamonteiro@gmail.com)

Autora

**Faní Quitéria Nascimento Rehem**

Doutora em Política Social, Professor do Departamento de Educação

*UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana*

[fanirehem@gmail.com](mailto:fanirehem@gmail.com)

Co-autora

### **RESUMO**

O trabalho busca demarcar a produção em políticas educacionais para a educação infantil expondo a abordagem das discussões nacionais nos cursos de Pós-Graduação em Educação. Seu objetivo principal é de identificar principais tendências como também de analisar as produções, teses e dissertações, indicando possíveis contribuições e lacunas para a constituição do campo das políticas educacionais em educação infantil. Os dados foram organizados através do banco de dados da CAPES, tomando os seguintes indicadores: infantil, infância e creche. A discussão sobre a produção leva em conta o contexto histórico da educação infantil, bem como das políticas educacionais voltadas para este campo. Os dados estão organizados de forma sistemática para melhor entendimento da sua análise e leitura dos gráficos. Concluímos que o trabalho é significativo para o campo, pois organizou um banco de dados e revelou o formato das discussões, trazendo para a comunidade acadêmica um meio de discuti-la problematizando, levantando lacunas, apontando equívocos, e propondo possíveis soluções.

**Palavras-Chave:** Política Educacional. Produção Acadêmica. Educação Infantil.

### **APRESENTAÇÃO**

O presente trabalho surgiu de inquietações em descobrir a real configuração da produção acadêmica na abordagem da educação infantil em políticas educacionais. As mudanças ocorridas nos últimos anos, a partir da década de 1990 precisamente, com as conquistas dos direitos das crianças, alcançados através de lutas dos movimentos sociais, das mulheres e dos intelectuais despertaram a seguinte indagação: Qual será o reflexo que a conquista de direitos das crianças tem causado na produção acadêmica? Será que as questões referentes ao contexto das políticas educacionais para educação infantil têm sido abordadas? Levantando assim o seguinte tema como

---

<sup>1</sup> Trabalho oriundo da experiência de pesquisa como bolsista de Iniciação Científica (IC) Probic/Fapesb da Universidade Estadual de Feira de Santana/BA.

norteador deste trabalho – Abordagem da Pós-Graduação em Políticas Educacionais para Educação Infantil no Brasil de 2000 a 2005. O objetivo é analisar as características das teses e dissertações e identificar as principais tendências dessa produção, indicando possíveis contribuições e lacunas na tentativa de constituir um campo de estudo em políticas educacionais para educação infantil.

A pesquisa tomou por base uma pesquisa maior que demarcou o campo de produções acadêmicas em políticas educacionais no Brasil de 2000 a 2010, cuja fonte de investigação foi o banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que ao final contou com 1.283 produções sobre o referido campo. Para tanto, priorizamos as teses e dissertações de 14 instituições que apresentaram trabalhos sobre a temática, sendo as seguintes: PUC/RJ, UERJ, UFMG, UFF, UNISINOS, UFES, UFG, UFPR, UFRGS, UFRJ, UNESP/MAR, UNICAMP, UNIMEP, FEUSP.

A metodologia utilização é delimitada como “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento”, que segundo Romanowski e Ens (2006, p.38) “possibilita contribuir com a organização e análise na definição de um campo, uma área, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais”. A abordagem é de natureza qualitativa que, embora tenha por base a quantidade da produção no campo das políticas educacionais para educação infantil, a ênfase recai na qualidade dos resumos tomando como direção as abordagens teóricas sobre o tema.

No primeiro tópico fazemos um confronto teórico tendo como base os estudos de Kuhlmann Jr. (1998), Rocha (1999), Arce (2001), Ferreira (2002), Arretche (2003), Romanowski e Ens (2006), Rehem (2013), Silva (2015), Silva e Jacomini (2016), os quais têm discutido e problematizado sobre a educação infantil e sobre políticas educacionais. Na segunda parte expomos o levantamento dos dados sobre a produção acadêmica em políticas educacionais para educação infantil entre 2000 e 2005. Na última encontram-se as nossas considerações a respeito deste trabalho de pesquisa, nossas impressões e o valor do desenvolvimento da pesquisa no campo das produções acadêmicas em Políticas Educacionais para a Educação Infantil.

## **TECENDO CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A produção acadêmica em políticas educacionais para educação infantil vem sendo tratada aqui na perspectiva histórica. Os estudos a respeito da educação infantil como temática das políticas públicas é um campo de discussão recente, que requer ser desvelado. As lutas travadas para a

consolidação do campo proporcionou mudanças significativas, como aponta Kuhlmann Jr (1998) na sua retomada sobre a consolidação da educação infantil como direito, que foram conquistados a partir da organização e mobilização das mães trabalhadoras, dos movimentos sociais e dos intelectuais reivindicando o direito à creche e à pré-escola pública gratuita e de qualidade para todos.

A infância e sua educação ganharam ao final do século XX, destaque social e político, seja nas discussões acadêmicas seja nos fóruns nacionais e internacionais de decisões políticas. A busca pela universalização do direito à educação infantil, capitaneada por lutas sociais dos movimentos feministas, políticos e populares, tem colocado em pauta a emergência dessa garantia e, ao mesmo tempo, obtido consideráveis êxitos. Nesse cenário, duas décadas em especial, marcaram os acontecimentos relacionados aos direitos das crianças: os decênios de 1980 e 1990 (REHEM, 2013, p. 63-64).

Vale destacar alguns mecanismos legais provenientes dessas lutas: A Constituição Federal de 1988, que assegura às crianças o direito à educação, saúde e lazer; O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – lei 8069/90 de 13 de julho de 1990 que regulamenta os direitos sociais garantidos na Constituição ; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, que fundamenta o direito à educação infantil.

É preciso deixar claro que sempre existiram e irão existir forças conservadoras que buscam a descontinuidade da efetivação dos direitos socialmente instituídos. Isso mostra que a Educação Infantil em nosso país é um campo de tensões, marcado por avanços e retrocessos. Nas discussões acadêmicas Rehem (2013), Arretche (2003), Rocha (1999), apontam a existência de lacunas teórico-metodológicas no campo da produção sobre políticas educacionais para a Educação Infantil. Dentro desta perspectiva aponta-se a necessidade de novas investigações, com intuito de ampliar o acesso à informação em todos os âmbitos de atuação na educação infantil. Rehem (2013, p.30) ressalta que, “a centralidade dos trabalhos acentua-se sobre análises da prática, voltando-se mais para os estudos sobre as atividades pedagógicas do que para o contexto político”.

A existência da influência dos postulados neoliberais tem suscitado muitas discussões sobre o que sua visão pode trazer para educação brasileira, principalmente na educação das crianças, sendo pertinente a análise dos documentos oficiais que regulamentam esta etapa de ensino, conforme foi feito por Arce (2001, p.277) em relação ao Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil, elaborado em 1998.

Assim como o Referencial para a formação do professor escamoteia a descaracterização do papel do professor como um intelectual, por meio da “elevação” do mesmo à categoria de prático-reflexivo, o RCNEI escamoteia o esvaziamento do conhecimento na escola, vendendo a falsa idéia de que o respeito a uma pseudo-diversidade cultural e a redução da

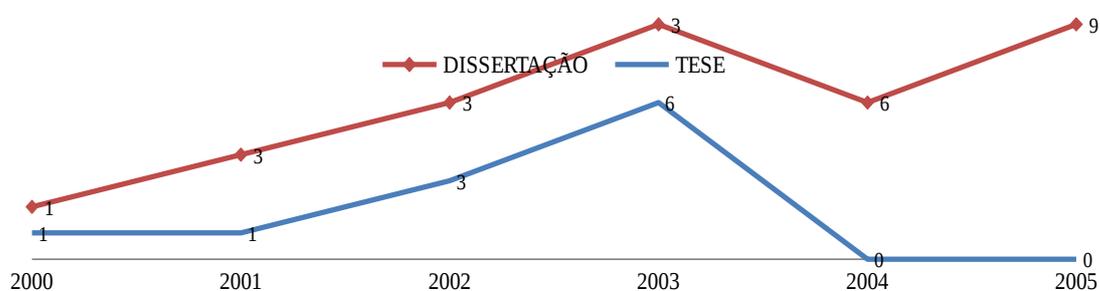
educação escolar ao aprender a aprender garantiriam ao aluno a capacidade de construir seu próprio conhecimento no contato com os “modernos” meios de circulação de informações.

As indagações sobre o campo da produção em políticas educacionais para educação infantil precisam ganhar espaço nas discussões acadêmicas, pois é através dessas elaborações que se amplia o repertório sobre a educação. Nesta perspectiva, as pesquisas dão possibilidade de indicar as principais tendências. No campo da análise sobre a produção acadêmica, teses e dissertações as autoras Silva (2015) e Silva e Jacomini (2016) demarcaram que, as produções se detêm em sua maioria ao contexto teórico prático, porém, o contexto da política educacional requer um olhar incisivo no intuito de incentivar pesquisas que possam expor suas reais condições do campo.

### **(DES)VELANDO AS TESES E DISSERTAÇÕES: CONFIGURAÇÃO DOS TRABALHOS ANALISADOS**

A organização dos dados sobre a produção acadêmica revelou a existência de 36 produções, sendo 25 dissertações e 11 teses, sobre o tema políticas educacionais para educação infantil. Após análises do material, observamos que, por ano, as produções acadêmicas, de 2000 a 2003 foram pequenas, em média de 2 a 4 produções e em 2004 e 2005 houve um aumento significativo, passando para 9 e 15 produções, respectivamente.

#### **APRODUÇÃO ACADÊMICA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL (2000-2005)**



Quadro elaborado pelas autoras

O quadro acima revelou a pouca quantidade das discussões no âmbito das políticas educacionais para educação infantil, que foram realizadas entre 2000 e 2005 e que é reafirmado por Rocha (1999) a qual destaca a fragilidade no que concerne a quantidade de defesas de teses e dissertações na área de educação infantil, ao analisar as produções dos anos de 1983-1996, demonstrando assim que muita coisa não mudou.

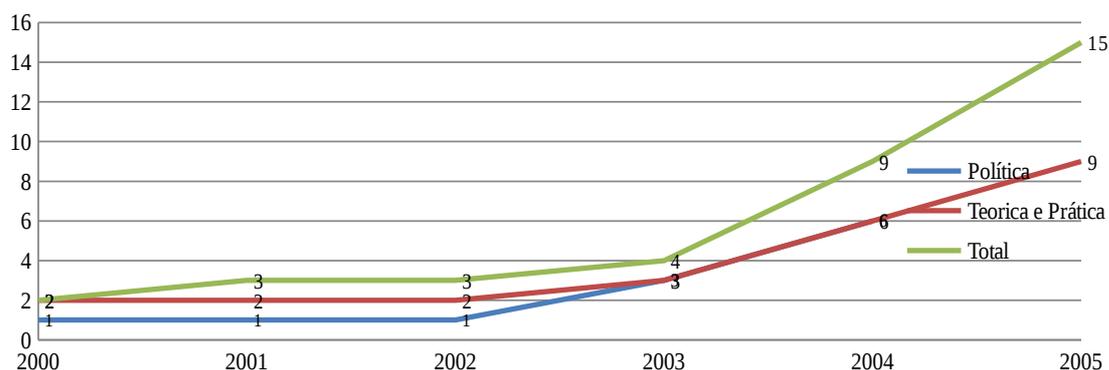
No que concerne as regiões, no Norte e Nordeste não há produção catalogadas, pois estas têm se sedimentado no Sudeste (27), Sul (7) e Centro-Oeste (2), das quais esta última tem uma diferença significativa em relação às demais. Este fator se deu por conta do critério de seleção da

pesquisa maior. A esse respeito Silva (2015) discorre sobre como as produções estão conformadas nas regiões:

Neste grupo, a concentração dos programas entre as regiões Sudeste e Sul se mostra ainda bastante intensa, com duas honrosas exceções na presença de um programa da região Centro-Oeste(UFG) e um da região Nordeste (UFRN). Neste cenário percebe-se que, a despeito da existência de programas de pós-graduação em educação na grande maioria das capitais das unidades da federação brasileiras (à exceção dos estados Tocantins e Acre, ambos da região Norte), as avaliações que classificam tais programas têm revelado que as disparidades regionais também se manifestam nesta fronteira, de forma aguda. Este cenário, como já assinalado acima, não é atual e vem sendo problematizado por alguns intelectuais há algum tempo, como revela o discurso de posse da diretoria da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped), no ano de 2005 ( SILVA, 2015, p.38-39)

Ao analisarmos os resumos das produções, a maioria se detém no contexto teórico prático no total de 24, cerca de 66,67%, poucas se detém sobre a análise do contexto político 33,33% delas, contabilizando 12 das 36 produções, que já se configuram uma pouca quantidade na área da educação infantil entre 2000 a 2005, conforme demonstrado no quadro abaixo

#### APRODUÇÃO ACADÊMICA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL (2000-2005)



Quadro elaborado pelas autoras

Diversas pesquisas evidenciam esta configuração da produção acadêmica como Rocha (1999), Arretche (2003), Rehem (2013), bem como sinaliza a pesquisa feita por Silvia e Jacomini (2016, p.10):

Esses estudos, assim como os resultados da pesquisa que vimos desenvolvendo, evidenciam o contrário do que preconiza o PNPG. Percebemos que o estudo da produção na área vem trazendo contribuições importantes para o conhecimento das realidades e tem priorizado à sala de aula.

Fator que percebemos nesta pesquisa é o valor dado as discussões de cunho teórico prático nas defesas, que é importante, mas a educação envolve diversos fatores para entendê-la e convém que estes fatores sejam abordados e expostos nas produções acadêmicas.

## NOSSAS IMPRESSÕES

A política pública, enquanto efetivação dos anseios da sociedade precisa ganhar um olhar mais denso da sociedade acadêmica, no sentido de discuti-la, problematizando, levantando lacunas, apontando equívocos, e propondo possíveis soluções para eventuais problemáticas. Nessa perspectiva, as análises aqui destacadas confirmam que o meio acadêmico não tem dado tanta importância às discussões sobre políticas educacionais para educação infantil, centralizando conforme indicam Rocha (1999), Arce (2001), Arretche (2003), Rehem (2013), Jacomini e Silva (2016) de que os estudos centram-se sobre a teoria e a prática, bem para a necessidade de ampliação das discussões e análise sobre as políticas educacionais em nosso país.

## REFERÊNCIAS

- ARCE, Alessandra. **Compre o Kit Neoliberal para a Educação Infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo**. Educação & Sociedade, ano XXII, nº 74, Abril/2001.
- ARRETCHÉ, Marta. **Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas**. RBCS Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “Estado da Arte”**. Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, Agosto/2002.
- KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998, p.197- 2009
- REHEM, Fani Quitéria Nascimento. **“Coisa de pobre”: A política de educação infantil em Feira de Santana – Bahia (2001-2008)**. Tese de Doutorado. Brasília: UNB, 2013. Disponível: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15047/1/2013\\_FaniQuiteriaNascimentoRehem.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15047/1/2013_FaniQuiteriaNascimentoRehem.pdf) acesso em 28 Janeiro de 2016.
- ROCHA, Eliosa Acires Candal. **A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia**. Campinas, SP: [s.n.], 1998.
- ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação**. Diálogo Educ., Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.
- SILVA, Antonia Almeida. **A pesquisa em políticas educacionais e sua evolução nos programas de Pós-graduação no Brasil**. In Olhares, Guarulhos, v.3, n.2, p.34-46, nov.2015.
- SILVA, Antonia Almeida; JACOMINI, Márcia Aparecida. **A pós-graduação e a pesquisa sobre/na educação básica: relações e proposições**. Educ. Pesqui., São Paulo, Ahead of print, abr. 2016. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201604143113>